

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

TRT 10ª REGIÃO

RELATÓRIO DE DESEMPENHO - 2017



SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO	02
II.	OBJETIVOS DO PLS TRT 10	03
III.	METODOLOGIA	04
IV.	ANÁLISE GERAL	05
V.	RESULTADOS DOS INDICADORES	07
VI.	RESULTADOS DOS PLANOS DE AÇÃO	08

ANEXOS

I.	INDICADORES - 2017
II.	PLANOS DE AÇÃO - 2017

I. INTRODUÇÃO

O Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região foi elaborado em 2016, em cumprimento ao contido na Resolução CNJ nº 201/2015.

O documento foi aprovado por meio da Portaria PRE-DIGER nº 4, de 26 de fevereiro de 2016, e publicado no Portal de Gestão Estratégica.

O PLS TRT 10 é um instrumento de gestão institucional que define práticas de sustentabilidade, de forma integrada e transversal, visando minimizar o impacto socioambiental decorrente das atividades realizadas e a melhoria do gasto de recursos públicos.

Produzido em alinhamento ao Plano Estratégico do Tribunal, o PLS contém objetivos, responsabilidades, metas, ações, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação, de forma a incorporar a sustentabilidade à gestão da Instituição.

Neste Tribunal, o Plano está a cargo do Comitê Gestor constituído pela Portaria da Presidência nº 16, de 31 de julho de 2015, com a atribuição de elaborar, monitorar, avaliar, revisar e elaborar o Relatório de Desempenho do PLS TRT10.

O Comitê Gestor, de caráter permanente, é composto pelos titulares das seguintes unidades:

Secretaria de Administração - SEADM
Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIN
Coordenadoria de Gestão Estratégica - CDEST
Coordenadoria de Serviços Gerais - CDSEG
Núcleo de Licitações - NULIC
Núcleo de Manutenção e Projetos - NUPRO
Núcleo de Desenvolvimento de Pessoas - NUDES
Seção de Responsabilidade Socioambiental - SERSA

Presidido pelo titular da Secretaria de Administração, o Comitê conta com o assessoramento da Seção de Responsabilidade Socioambiental (SERSA) para coordenar o trabalho, analisar e consolidar os dados.

Os temas contemplados foram: uso eficiente de insumos e materiais; energia elétrica; água e esgoto; gestão de resíduos; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação socioambiental; contratações sustentáveis; deslocamento de pessoal, bens e materiais.

II. OBJETIVOS DO PLS

OBJETIVO GERAL

Estabelecer diretrizes e parâmetros para a coordenação do fluxo de aquisição e desfazimento de materiais, assim como da contratação de serviços, com vistas à incorporação da sustentabilidade à gestão do TRT 10ª Região.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Consolidar, organizar e aprimorar as práticas de responsabilidade socioambiental em curso;
2. Promover o uso racional de recursos naturais e bens públicos;
3. Fomentar a eficiência do gasto público, considerando atributos de sustentabilidade;
4. Estruturar e aperfeiçoar os processos de compras e contratações de serviços, considerando princípios e requisitos de valor ambiental, social e econômico;
5. Incorporar o conceito de sustentabilidade à gestão estratégica e às decisões gerenciais, especialmente na logística de processos e na prática de atos e procedimentos administrativos.

O Plano de Logística Sustentável é uma ferramenta dinâmica que deve ser atualizada permanentemente de forma a retratar a realidade do Tribunal, respeitando suas características.

As áreas envolvidas informaram os resultados dos indicadores, analisaram os planos de ação e as metas definidas, atualizaram o andamento das atividades, manifestaram-se sobre o cumprimento das etapas previstas, bem como apresentaram novos planos e/ou redefiniram alguns prazos.

III. METODOLOGIA

O PLS do TRT 10ª Região foi construído com a colaboração das áreas diretamente responsáveis pelos indicadores ou grupo de indicadores, de forma a promover a reflexão e a definição de estratégias para a gestão dos recursos.

Em atendimento à Resolução CNJ nº 201/2015, o documento aprovado, os planos de ação, os indicadores, os relatórios de desempenho são publicados no Portal de Gestão Estratégica deste Tribunal, conforme link abaixo:

<http://estrategia.trt10.jus.br/index.php/noticias/item/27-plano-de-logistica-sustentavel>.

Atualmente, as áreas encaminham os resultados à Seção de Responsabilidade Socioambiental que os inclui no Sistema Informatizado PLS – JUD, criado pelo Conselho Nacional de Justiça, e em planilhas Excel. Também é providenciada a consolidação dos dados relativos aos planos de ação e a elaboração dos relatórios de desempenho, o que ocorre semestralmente.

IV. ANÁLISE GERAL

As restrições orçamentárias enfrentadas, em 2016, levaram a Administração e as Unidades deste Tribunal a reformularem ações, reverem rotinas e suspenderem algumas atividades programadas para aquele exercício. A convergência de esforços possibilitou o alcance de resultados significativos.

O grande desafio para 2017 foi estabilizar os dados obtidos e aperfeiçoá-los, consolidando a cultura antidesperdício.

O ano foi iniciado com sensibilização, especialmente, quanto à questão da crise hídrica vivenciada pelo Distrito Federal, que foi intensificada em março, quando da celebração do Dia Mundial da Água. Foram aproveitadas as celebrações mundiais para reforçar a importância do consumo consciente e da responsabilidade com o gasto público, além de outras campanhas. Também, foram enviados os relatórios do consumo de água, energia elétrica, papel e copos descartáveis a todas as unidades administrativas e judiciárias, visando manter magistrados, servidores e colaboradores mobilizados.

No primeiro semestre, foi dado prosseguimento aos treinamentos sobre compras públicas sustentáveis. No início do segundo semestre, foi publicada a Portaria PRE-DIGER n.º15/2017, que dispõe sobre os procedimentos para aquisições de bens, contratações de serviços e obras com sustentabilidade no âmbito deste Tribunal.

Também foi retomada a campanha “Descarte Consciente”, com aumento considerável da quantidade de papel enviado às cooperativas de catadores. Outrossim, no final de 2017, foi confeccionado o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, com previsão de aprovação e publicação até o final de março/2018.

Além disso, foram adotadas medidas estruturas e administrativas, no intuito de aprimorar os resultados.

Quanto ao envolvimento geral das áreas, verifica-se que ainda não ocorre de forma equânime. Algumas se comprometem mais fortemente, enquanto outras, nem tanto. Apesar dos avanços, a questão da sustentabilidade ainda é vista de forma fragmentada. Com relação às unidades diretamente envolvidas com o PLS, a transversalidade do tema passou a ser percebida, mas não de maneira uniforme.

Entender que todas ações causam impacto no meio ambiente, na sociedade e no gasto de recursos públicos é fundamental, a fim de possibilitar que simples atitudes se tornem hábitos responsáveis e saudáveis, e os resultados sejam mais efetivos.

A mudança de paradigma é lenta, mas, sem dúvida, a evolução é evidente. Apenas para exemplificar, de 2010 a 2017, houve uma diminuição, em números absolutos, no consumo de papel da ordem de 55,54%, de água em 40,18% e de energia elétrica em 16,78%, quando consideradas as seguintes unidades de medida: resmas, m³ e kwh, respectivamente. Mesmo antes da implantação do SEI e do PJe, o consumo de papel já havia diminuído em 23,39% (de 2010 a 2013), somente com campanhas de conscientização.

Entretanto, o acompanhamento mensal desses recursos revela oscilações durante o ano em função de inúmeras variáveis envolvidas, tais como: reformas, transferência de instalações, alterações de procedimentos/rotinas, instalação de equipamentos, rotatividade de servidores e colaboradores, mutações climáticas (calor/frio/seca), maior envolvimento da Administração e do corpo funcional.

A energia tem sido o recurso de mais difícil controle. A implantação dos processos eletrônicos traz como consequência a diminuição no consumo de papel, mas acaba exigindo a instalação de mais monitores de vídeo, interferindo diretamente na utilização desse recurso. As alterações climáticas (calor/seca) também ocasionam o aumento do consumo de energia, pois os aparelhos de ar-condicionado acabam ficando ligados por mais tempo.

Ao longo do tempo, a diminuição do consumo em geral alcança determinado percentual, ficando difícil ultrapassá-lo, sob pena de comprometer o bom andamento das atividades. Nesse caso, as ações acabam se concentrando em manter os resultados obtidos, e evitar eventuais aumentos na utilização.

Dessa forma, a sensibilização de magistrados, servidores e colaboradores deve ser permanente, e a Administração precisa estar atenta à novas tecnologias de menor impacto socioambiental.

Podemos e precisamos avançar. Existem várias frentes que podem ser trabalhadas para aperfeiçoar o que já vem sendo desenvolvido. Envolver os gestores de todos os prédios e localidades, é fundamental. Fazer com que a Instituição, como um todo, compreenda a abrangência e o caráter sistêmico do assunto favorecerá a consolidação definitiva da sustentabilidade às rotinas do Tribunal.

V. RESULTADOS DOS INDICADORES

O PLS do TRT 10ª Região contempla todos os indicadores constantes do Anexo I da Resolução CNJ nº 201/2015, aplicáveis à realidade do Tribunal.

A cada grupo de indicadores foram atribuídos metas e planos de ação pelas áreas especializadas/responsáveis.

A íntegra dos indicadores e dos resultados é apresentada em forma de anexo, observando a ordem da Resolução.

VI. RESULTADOS DOS PLANOS DE AÇÃO

Quando da elaboração do PLS, os gestores delegaram competência às suas equipes técnicas para proporem planos de ações e informarem os dados. Esses mesmos grupos relataram o andamento dessas ações, as iniciativas realizadas em complementação e/ou substituição e as suspensas/canceladas por restrições orçamentárias ou limitação de pessoal.

Os dados foram consolidados pela Seção de Responsabilidade Socioambiental, e os planos de ação na totalidade, com os resultados correspondentes, são apresentados em forma de anexo.

As atividades não previstas e implementadas foram incluídas, e estão em negrito, assim como a redefinição de prazos, as justificativas e o cumprimento das etapas, que obedecem a seguinte legenda: (1) realizado; (2) não realizado; (3) iniciado; (4) realizado parcialmente.

Merecem destaque as seguintes iniciativas:

- **GESTÃO DE RESÍDUOS** – Houve um aumento expressivo do quantitativo de papel encaminhado às cooperativas de catadores, por meio do convênio firmado com a Central das Cooperativas de Trabalho de Catadores do DF e RIDE – REDE ALTERNATIVA, de, aproximadamente, 1 tonelada para 19,7 toneladas. Desse total, cerca de 7 toneladas referem-se aos processos sigilosos findos, que foram devidamente triturados. Além disso, foi providenciada a destinação adequada de pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes, reatores, cartuchos e toners. Também foi firmada parceria com o TST para envio da borra de café para compostagem. Ao final do exercício, foi elaborado o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Distrito Federal.

- **LAVAGEM DE VEÍCULOS “A SECO”** – Esse procedimento foi implementado a partir de março/2017. No período de 29/03 a 31/12/2017, foram realizadas 408 lavagens de veículos, das quais 18 foram do modo convencional (4,41%) e 390 foram “a seco” (95,59%).

- **CAPTAÇÃO DA ÁGUA DA CHUVA E DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO, BEM COMO INSTALAÇÃO DE REDUTORES DE PRESSÃO EM TORNEIRAS** – Busca de alternativas objetivando o reaproveitamento da água para limpeza e irrigação dos jardins, e visando evitar o desperdício.

- **AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO COM TECNOLOGIA INVERTER E SUBSTITUIÇÃO DOS ANTIGOS.**

- **TROCA GRADUAL DAS LÂMPADAS TRADICIONAIS POR LED.**

- **PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS** – Esses temas são uma preocupação permanente da Administração. Em 2017, foi dada continuidade ao Programa de

Exames Periódicos, com 783 adesões; aplicação da Vacinação contra a Gripe; promovidos Encontros com Especialistas em atenção ao Grupo de Hipertensos, e realizada “Roda de Conversa” sobre câncer de mama e próstata. Foram também executadas avaliações ergonômicas nos postos de trabalho de magistrados e servidores, priorizando os portadores de deficiência, em atendimento à solicitação da Comissão INCLUSÃO 10. Foi retomada a ginástica laboral e massagem expressa, a partir de agosto/2017, num formato diverso do anterior e de acordo com a disponibilidade orçamentária.

- SENSIBILIZAÇÃO – Além da adesão às comemorações mundiais, foi realizada Gincana para os Terceirizados das áreas de limpeza e copa, a fim de conscientizar, de forma lúdica, sobre a importância da separação adequada dos resíduos secos, da disponibilização correta dos sacos de lixos e do armazenamento apropriado até o recolhimento pelas cooperativas de catadores. Houve, ainda, a participação no Projeto Boas Vindas, com o intuito de sensibilizar os novos servidores para a temática, com apresentação de vídeos e entrega de informativo, contendo dicas para redução do consumo. No final de setembro, ocorreu a exposição de Fotos para celebrar os 15 anos da Comissão INCLUSÃO 10 e o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.